



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

ATA N.º 07 (16/12/2022)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
Realizada no dia 16 de Dezembro de dois mil e vinte e dois

-----Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e André Geraldo da Côrte como segundo secretário. -----

-----A senhora presidente da assembleia municipal procedeu à chamada para verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RB1**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Francisco Paulo Pestana, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Telmo Ricardo da Conceição Marques de Freitas, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira; **pelo PS**: Humberto Jorge Faísca da Silva, Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Rui Pedro Fernandes de Almeida, Laureano Secundino Ascensão de Macedo, Elsa Maria de Abreu Gomes; **pelo CHEGA**: Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Celestino Gomes Sebastião.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Cristina Maria Camarata Abreu (Em representação do PJJ da Ribeira Brava: Marco Nuno Correia Martins (RB1)), João David Jardim de Sousa (PJJ Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJJ da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJJ da Tabua). -----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vereador Rafael João Figueira Sousa, o Vereador José Paulo Santos Andrade, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva.-----

-----Pelos dez horas e vinte minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the letters 'A' and 'R'.



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

-----Prosseguiu-se a discussão da ata da última sessão. A Sra. Presidente da Assembleia informou que os seguintes deputados não votavam por não terem estado presentes na última sessão: Francisco Paulo Pestana, Telmo Ricardo da Conceição Marques de Freitas e Cristina Maria Camarata Abreu. Informou também que estavam a substituir os deputados: Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, Marco António Abreu Junqueira e Marco Nuno Correia Martins, respetivamente.-----

-----A deputada Marlene Rodrigues (PS) alertou que na pág. 16 da ata constava que pertencia ao grupo do RB1, solicitando a devida retificação dessa informação.-----

-----A ata da última sessão foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) apresentou o seguinte Voto de Pesar: “O Movimento Ribeira Brava em Primeiro apresenta um voto de pesar pelo falecimento do ex-trabalhador da autarquia, José Gonçalves da Corte, no dia 9 de dezembro. Entrou ao serviço da Autarquia em 1995, tendo exercido o cargo de servente. Em 2008, foi nomeado operário qualificado principal, passando a exercer a profissão de canalizador. Reformou-se em 2009. Ao longo de 14 anos ao serviço da população ribeira-bravense, José Gonçalves da Corte, foi um trabalhador exemplar, um bom profissional e bom colega, sempre disposto a ajudar. Colocava sempre o trabalho à frente de qualquer necessidade pessoal. Exemplo disso foi o apoio que prestou a 25 de dezembro de 2009, tendo prescindido do almoço de Natal em família para ajudar a resolver uma rutura na rede de abastecimento das Rabaças, que servia o vale da Ribeira Brava e a Banda D’Além. Pessoa de trato fácil, sempre foi uma pessoa prestável e responsável, que trabalhou com empenho e dedicação. Foi com um grande sentimento de tristeza que o Movimento Ribeira Brava em Primeiro tomou conhecimento da sua partida e endereça sentidas condolências à sua família e amigos. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: - Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento; - Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências; - Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.”-----

-----De seguida, cumpriu-se um minuto de silêncio.-----

-----O voto de pesar foi colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) apresentou a seguinte proposta de recomendação: “PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO: Solicita-se ao Governo Regional da Madeira que

11/12/2015

B



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

sejam tomadas as medidas necessárias para a suspensão e revogação da autorização da instalação de novas jaulas - insistência”. Considerando que: 1) a Assembleia Municipal tem competências para tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea j), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; 2) o Governo Regional, através da coligação que o suporta, renova a intenção de autorizar a instalação de novas jaulas, desta vez na Parcela CG2, entre o Calhau da Lapa e a Fajã dos Padres, dois magníficos ex-libris e cartazes turísticos do concelho da Ribeira Brava e também da Região Autónoma da Madeira, e ainda o aumento do número de jaulas instaladas na Parcela CG1; 3) a 30 de abril de 2019, a intenção de instalar e explorar a piscicultura em jaulas de cultura, em mar aberto para a engorda de dourada (*Sparus aurata*) na Parcela CG3, recebeu parecer negativo, por unanimidade, do executivo da Câmara Municipal da Ribeira Brava; 4) a 21 de dezembro de 2020, o projeto de ampliação da piscicultura flutuante offshore da Ribeira Brava, nas parcelas CG1 e CG2, recebeu parecer negativo, por unanimidade, do executivo da Câmara Municipal da Ribeira Brava; 5) a 12 de dezembro de 2022, a Avaliação de Impacte Ambiental do projeto de “Ampliação da Piscicultura Offshore da Ribeira Brava”, recebeu parecer negativo, por unanimidade, do executivo da Câmara Municipal da Ribeira Brava; 6) a 18 de dezembro de 2020, a proposta de Recomendação: “Solicita-se ao Governo Regional da Madeira que sejam tomadas as medidas necessárias para a suspensão e revogação da autorização da instalação de novas jaulas”, foi aprovada por maioria, na Assembleia Municipal da Ribeira Brava; 7) o município da Ribeira Brava vê-se novamente confrontado com a intenção de colocação de mais jaulas, com vista à ampliação da atividade de piscicultura flutuante na zona costeira do município; 8) ao longo dos últimos anos, a Câmara Municipal tem realizado um forte investimento no Calhau da Lapa, permitindo a melhoria contínua das condições da zona balnear e de lazer, da vereda de acesso ao local e a nível promocional/ turístico; 9) o site visitmadeira.pt refere que a Fajã dos Padres é “uma praia sedutora, pelo acesso fácil ao mar na zona, desde o cais até ao final da baía e pela temperatura amena das águas do mar durante todo o ano. A transparência das águas e a variedade de espécies junto à costa convidam, ainda, à prática de mergulho e da pesca. Junto ao cais foi criado um espaçoso solário. No verão, os banhistas têm à sua disposição

2015  
NIR  
A



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

um conjunto de espreguiçadeiras e guarda-sóis. Na entrada da propriedade, junto ao restaurante, existem duches e cabines,” este local é uma bandeira do turismo da Região e do concelho, que poderá ser posto em causa; 10) a instalação de novas jaulas pode esfriar, e até mesmo pôr em causa, o investimento nas freguesias do Campanário e Ribeira Brava, e inviabilizar muitos novos postos de trabalho, diretos e indiretos; 11) o Estudo de Impacte Ambiental reconhece o elevado valor paisagístico da área em estudo e os consequentes impactes negativos induzidos, quer pela exploração existente, quer pela sua ampliação entre dois importantes pontos turísticos do concelho da Ribeira Brava: o Calhau da Lapa e a Fajã dos Padres; 12) do ponto de vista turístico, não é adequado poluir visualmente o mar em três locais paradisíacos e de singular beleza da Ilha da Madeira e da RAM, como são o Calhau da Lapa, a Fajã dos Padres e o Miradouro do Cabo Girão, com a instalação desta nova infraestrutura; 13) a instalação de novas jaulas entre o Calhau da Lapa e a Fajã dos Padres, pode pôr em causa o desenvolvimento a longo prazo do setor turístico, da manutenção e criação de novos postos de trabalho, ligados ao setor, bem como a integridade e sustentabilidade marítima, paisagística e socioeconómica do concelho da Ribeira Brava, em especial nas freguesias da Ribeira Brava e do Campanário, do Calhau da Lapa e da Fajã dos Padres; 14) o aumento do número de jaulas é proporcional ao aumento da operação realizada diariamente em terra, no cais da Ribeira Brava, por parte da empresa “AQUABAIA – Sociedade de Aquacultura das Ilhas, Lda”, contribuindo para a criação de novos constrangimentos aos pescadores locais e utilizadores da infraestrutura, no embarque e desembarque de passageiros das empresas marítimo-turísticas, que operam ou venham futuramente a operar naquele porto, e ainda às centenas de visitantes que diariamente se deslocam àquele espaço que foi alvo de uma empreitada de reabilitação recentemente; 15) a produção de peixe em cativeiro implica a utilização de rações que são dispersas no mar e podem causar desequilíbrios no ecossistema. Existe também o risco de propagação de doenças que põem em causa as espécies autóctones além de que a utilização de antibióticos é um fator que contribui para a poluição; 16) as condições de estabilidade e abundância de recursos potencia a predação, atraindo espécies predatórias como, por exemplo, os tubarões, aumentando o risco nas zonas balneares próximas; 17) o risco de fuga de espécies introduzidas, estranhas ao nosso mar, poderão perturbar o equilíbrio dos ecossistemas e das espécies

CNS

TUR

A





## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

selvagens tradicionais capturadas pelos pescadores locais; 18) a atividade relacionada com a alimentação do peixe da piscicultura provoca a aglomeração de aves marinhas e pombos no cais da Ribeira Brava. A presença de uma grande quantidade de peixe concentrado nas jaulas constitui também um fator de atração para as aves marinhas, causando incómodo e risco à saúde dos utilizadores daquelas áreas; 19) a incorreta utilização da licença da exploração existente na parcela CG1, tal como refere o Estudo de Impacte Ambiental, por via da localização parcial das atuais infraestruturas que extravasa os limites da área concessionada, sem que a entidade licenciadora e fiscalizadora tenha identificado e/ou atuado como lhe competia face a essa infração; 20) não bastasse toda esta argumentação, em nosso entender, legítima, considera-se não menos relevante o respeito pela Vontade Popular que nos elegeu, de não permitir a instalação de novas jaulas, vontade que tem vindo a aumentar à medida que os munícipes ribeira-bravenses vão tomando conhecimento da localização do projeto; Tudo considerado, proponho que a Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea j), do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere: 1. Recomendar ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira que tome as medidas necessárias para a suspensão e revogação da intenção de instalação de novas jaulas nas Parcelas CG1 e CG2; 2. Dar conhecimento da deliberação à Secretaria Regional de Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas, e à Secretaria Regional de Mar e Pescas; 3. Dar conhecimento da deliberação ao Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira e a todos os Grupos Parlamentares.”

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) indica que está bem explanado a opinião do RB1 na proposta apresentada, mas refere ser importante ouvir a opinião do senhor presidente e seu executivo sobre a mesma.-----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, cumprimentou todos os presentes e referiu que as medidas que têm sido tomadas estão explanadas. Referiu a posição do executivo, que não é contra este tipo de exploração, mas que há uma preocupação sobretudo com o impacto visual. Indicou que há vários problemas, mas que também não há produção biológica que chegue para toda a gente. Abordou a posição tomada já em 2019 sobre o assunto, e falou das preocupações associadas, realçando o aparecimento de peixes predadores, e as praias da Ribeira Brava que têm sido “vendidas como praias com boas condições”. Indicou que, perante o



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

recebimento do Estudo de Impacte Ambiental, à semelhança do que foi feito na outra vez, o Município contactou uma pessoa dentro da área, e o parecer emitido foi enviado para as entidades competentes. Indicou que com este novo estudo, o projeto continua a ter muitas lacunas. Referiu que o Município refere quais as lacunas e os principais impactos que poderá ter no concelho. Indicou que não foi solicitado parecer ao Município, e o que está a ser feito, é dar parecer, tratando-se de um parecer não vinculativo, no âmbito da consulta pública. Realçou a possibilidade de ser colocado de forma submersa evitando assim pelo menos o impacto visual, e a possibilidade de haver contrapartidas para o Município.-----

-----O deputado Rui Almeida (PS) cumprimentou os presentes e referiu que o documento em análise foi entregue no decorrer da assembleia e que seria conveniente ter sido entregue com alguma antecedência. Indicou que o PS sempre foi contra a instalação das jaulas, e muitas das vezes sem precisar de pareceres. Indicou que sobre este tipo de atividades já existem pareceres suficientes que sustentam que é necessário este tipo de atividade ser feito preferencialmente longe da costa, com jaulas submersas, biológicas e sustentáveis. Mencionou que é necessário que a câmara intervenha junto do Governo Regional no sentido de afirmar a sua posição. Indicou que a hipótese de taxação não resolverá o problema, que o pretendido não é trazer verbas para a câmara com este tipo de actividades que prejudicam no aspeto visual e ambiental. Referiu que se for feito o mais afastado da costa poderá ser aumentada a própria produção, tendo benefícios para as empresas e aí poderá ser pensado outro tipo de taxas para o Município.-----

-----O deputado Bruno Correia (RB1) interveio referindo “que se já houvesse naquela zona uma grande unidade hoteleira, de certeza absoluta que secalhar, a questão já não se colocava”.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS), cumprimentou os presentes, indicou que a Assembleia Legislativa emanou um diploma tendo sido pedido parecer à Câmara Municipal, questionando se a Câmara respondeu a esse pedido, e se não, o porquê de não o ter feito. Informou que a questão prende-se por ter recebido a informação que foi pedido parecer e que a Câmara não respondeu, solicitando a confirmação dessa informação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que o parecer sobre a questão foi em 2019 que era para a criação da unidade com grande impacto à frente da Fajã dos Padres, e que

MAS  
CS  
A



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

dava quase para ver na linha de fronteira com o Cabo Girão, tendo a Câmara dado parecer negativo sobre essa situação. Mais indicou que, a nível da AMRAM, enquanto era presidente da associação, foi recebido uma carta de um grupo da Ribeira Brava sobre essa situação e ficou decidido levar à Assembleia Intermunicipal, tendo nessa reunião sido aprovado por maioria, com duas abstenções, a solidariedade dos vários municípios com a situação da Ribeira Brava.-----

-----O deputado Bruno Correia (RB1) referiu que tem a impressão que se quiserem fazer vão fazer e que tem de ser uma posição mais forte.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) solicitou à mesa uns minutos para conferenciar com o seu grupo a posição sobre o documento em análise.-----

-----A Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos por cinco minutos.-----

-----O deputado Rui Almeida (PS) voltou a reforçar para a câmara afirmar a sua posição junto do Governo Regional e que este tipo de exploração tem de ser feito longe da costa porque o impacto que causa e todos os constrangimentos conhecidos e nefastos, são melhorados terrivelmente se forem feitos de outra forma – longe da costa e de forma submersa, trazendo benefícios para todos. Referiu que para a empresa exploradora trás custos acrescidos mas poderá ser compensado com o aumento da produção. “Temos é que marcar posição de uma forma assertiva, com veemência para que sejamos ouvidos e que não deixemos por um ou outro interesse do Governo Regional que nos estejam a enclausurar e a hipotecar o futuro dos nossos filhos.”-----

-----A Proposta de recomendação foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu conta de um boletim informativo que chegou à mesa, intitulado “Dar esperança a quem não tem liberdade”, alusivo a uma “campanha de solidariedade de natal para angariação de produtos de higiene e roupa”, dinamizada pela Universidade Sénior da Ribeira Brava.-----

### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**PONTO 1** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

*Handwritten signatures in blue ink.*



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que tem havido continuidade do trabalho, desde a última assembleia. Indicou o arranque do ano escolar, realçando o trabalho mais intensivo na questão de algumas situações em escolas, e também o apoio entregue às famílias do concelho: pagamento das creches e jardins de infância; manuais escolares ao primeiro ciclo; os manuais digitais ao 9º ano; e o material escolar desde o 5º até o 12º ano. Referiu que também foi atribuído o prémio/diploma de mérito aos alunos do ano letivo anterior, mencionando que é preciso valorizar quem trabalha. Indicou que foi definido o aumento da bolsa aos alunos universitários no valor de 50 euros. Abordou a parceria com a Secretaria Regional da Educação, Junta de Freguesia da Serra de Água e Câmara da Ribeira Brava para ter mais uma oferta formativa na Escola da Serra de Água, indicando que está já a funcionar a 100%. A nível social referiu continuidade de acompanhamentos, abordou o acordo com o IRU e início dos contactos para as famílias contempladas dentro das necessidades de habitação, cerca de 100 pessoas. Informou que alguns aceitaram as condições, outros estão ainda a pensar e outros desistiram. Falou das recuperações de imóveis de famílias carenciadas, indicando que tem sido um problema arranjar os orçamentos que o regulamento exige. Indicou que também para a contratação pública da Câmara já existe essa dificuldade, havendo procedimentos concursais desertos, que ninguém concorre. O senhor Presidente informou que continuam os apoios aos idosos, havendo cada vez mais contemplados com o cartão do idoso. Informou também que foi aprovado em reunião de câmara a decisão de durante um período deixar de ser necessário que os idosos apresentem as renovações dos cartões. Indicou que os idosos são apoiados em 20% no custo com a medicação, com fraldas e exames complementares. Informou que face à quantidade de situações em que o limite máximo para ajuda à medicação era superado, foi levado a reunião de câmara a possibilidade de aumentar o valor máximo a nível dos medicamentos. Referiu ser: “mais uma ajuda aos idosos que trabalharam uma vida e que deram o seu contributo para que hoje estejamos aqui e com as condições que temos!”. Falou das obras de proximidade e das de maior volume. Sobre as atividades culturais explicou que estavam na fase de natal, convidando todos os presentes, familiares e amigos a visitar a Ribeira Brava. Enalteceu a aquisição do comboio, e explicou como decorreu esse processo de aquisição. Realçou a parceria com a ARM para disponibilizar o composto orgânico, explicando que a Autarquia aproveitou





### *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

a ocasião para juntar uma campanha de entrega de raticida à população do concelho. Falou de uma situação que ocorreu na entrega do raticida, presença de gorgulho, explicando que o mesmo se encontrava dentro de prazo e que foi entregue um novo saco aos lesados. Falou das intenções futuras de disponibilização de composto. Indicou também que é necessário tomar uma decisão para limpeza de monos dispersos por todo o concelho, referindo estar a ser equacionado ser até o Município a realizar. Enalteceu que terá de ser um trabalho pontual pois é competência da ARM, que está sem capacidade de resposta.

-----O deputado Rui Almeida (PS) interveio questionando sobre o caminho real que sobe para o Pico, na sequência da intervenção da obra que está a ser feita, se irá manter-se o traçado de antigamente e a pedra de calçada. Sobre as paragens dos autocarros, sinalização pelo concelho, linhas amarelas pintadas no chão, questionou, indicando o exemplo do Moreno, o que está a ser feito e o que falta fazer sobre o tema. Falou também da mudança de paragens no Sítio da Praia, para uma zona com menos habitações. Questionou sobre o que vai ser feito com a Escola do Lugar da Serra, no Campanário. Congratulou a ideia da parceria com a ARM para, no fecho do ano, dar uma limpeza pelos monos disperso pelo concelho. Realçou a questão da estrada de São João e da necessidade de arranjar soluções para o estacionamento, considerando que “só para quem lá vive e utiliza todos os dias é que realmente vê que é uma situação incomportável, aborrecida, e constante.” Apelou à solução da situação, falando da possibilidade de taxação para local de moradores para obrigar e consciencializar as pessoas. Referiu que tem consciência que é difícil a solução, dizendo “mas há que tentar fazer a educação para a cidadania das populações porque se não nunca mais vamos deixar de ser periferia”.

-----O senhor Presidente informou que a indicação que tem é que o Caminho Real é para ser recuperado, indicando que o que poderá haver é uma redução do percurso, devido à alteração do percurso em zigue-zague, para um percurso reto até à Estrada Regional. Sobre as paragens de autocarros e a questão do estacionamento indicou que o Município está disponível para meter bastantes paragens de autocarros, que o problema, e atraso na colocação, prende-se com a cedência de terrenos para esse efeito. Sobre a sinalética e pinturas o senhor presidente referiu que eram poucos os caminhos municipais que tinham pintura de linhas e que a Câmara adquiriu uma máquina de pintura de estradas, sendo que tudo o que está a ser feito de novo já está a ser pintado, que as estradas em boas condições



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

também já estão a ser pintadas, no sentido de dar um ar fresco e de juventude à zona. Mais indicou que as condições atmosféricas têm sido um entrave à rapidez desse processo, bem como a deslocação de funcionários para outras actividades municipais. Sobre as paragens da Tabua referiu não ter conhecimento do sucedido, e que será averiguado. Relativamente à Escola do Lugar da Serra referiu que o edifício já está registado em nome da Autarquia e que a intenção é continuar com a dinamização do espaço, falou da possibilidade de ser um espaço direccionado para duas ou três habitações sociais, tendo isso já sendo conversado com o IHM no âmbito do Plano de PRR. Sobre o estacionamento em São João referiu que a única forma é dedicar uma parte de verba da autarquia para começar a adquirir pequenas parcelas de terreno e meter o estacionamento fora da estrada.-----

-----O deputado Rui Almeida (PS) referiu que a melhor forma de educar é taxar/ fazer pagar, e que se for taxado o estacionamento para moradores já começa a condicionar em termos quantitativos, sendo uma receita que entra para a câmara e obriga as pessoas a começar a repensar e a forçar elas próprias a tentarem resolver o problema.-----

-----O senhor Presidente disse que se não forem pagos os estacionamentos criados vão estar todos ocupados e vai começar a haver carros na estrada, voltando a situação ao estado inicial. Explicou que os parcometros são necessários para que haja rotatividade e oportunidades de estacionamento para parar e consumir no concelho, se não as pessoas utilizam como estacionamento fixo e vão de autocarro para outros locais.-----

-----O deputado Vítor Abreu (RB1) cumprimentou todos os presentes e falou sobre o pavimento da Estrada da Quebrada, no sítio da Corujeira, junto às estufas, que está em péssimas condições, com o betuminoso levantado e com buracos. Falou também do ecoponto junto ao Lar da Tabua, e para minimizar o problema local da acumulação de lixo, sugeriu a criação de um ecoponto subterrâneo. Sobre a vereda da Levadinha, na Corujeira, o senhor deputado indicou que caiu uma derrocada e a vereda cedeu toda, e que as pessoas já têm medo de circular por lá, questionando o senhor presidente de câmara e o senhor presidente da Junta de Freguesia da Tabua se têm conhecimento dessa situação.

-----O senhor Presidente da câmara referiu que a situação da pavimentação da estrada junto às estufas já foi indicada para resolver. Sobre o lixo acumulado junto ao lar da Tabua, o senhor Presidente enalteceu o trabalho da ARM, e que se for limpo hoje no dia seguinte está igual, referindo que nem tem gente na Tabua que produza aquele lixo todo.



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

Falou dos alertas constantes à ARM para esse tipo de situações. Sobre a Vereda da Levadinha indicou estarem a aguardar orçamento para essa situação.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) disse que na sessão anterior o senhor presidente indicou estar a realizar a inventariação dos bens imóveis da autarquia, e questionou qual o ponto da situação, quantos imóveis foram identificados, quantos faltam identificar e quando tenciona reportar essa informação à Assembleia. O senhor deputado referiu que as pessoas esperam dois, três meses para que a ARM recolha monos. Falou das obras referidas como executadas, e da sua intervenção na última sessão em que abordou a obra do Caminho da Pedra Mole até ao Caminho do Cabouco que tem uma estrada em muito más condições e que vivem muitas pessoas lá, questionando se está a ser considerado a recuperação desse espaço. Questionou ainda se tem previsão para a construção da estrada agrícola que vai ligar do Sítio da Praia até ao Sítio do Lombo e se tem previsão da sua conexão, de uma estrada agrícola, já que houve proprietários que se manifestaram em ceder terreno à câmara municipal, para ligar do Sítio do Lombo até ao Caminho do Cabouco. O senhor deputado sugeriu ao senhor presidente e ao executivo que pensem nas placas toponímicas que são património “nosso”, a denominação dos sítios, referindo que gostaria de solicitar, dentro das possibilidades orçamentais da câmara, melhorar a entrada, a visibilidade do concelho, com placas toponímicas que ponham os ícones dos “nossos” principais monumentos, diferenciando-nos dos outros concelhos. Referiu ser um bom cartaz de visita e aponta para os turistas quais os principais monumentos do concelho.---

-----O senhor Presidente esclareceu que, sobre o que foi mencionado na última sessão sobre o património, “nós sabemos aquilo que temos”, o que não estava totalmente elencado era o ativo e a parte imobilizada – na parte contabilística, e que está em contante atualização. O senhor presidente deu exemplos práticos de situações, nomeadamente questões de expropriações para novas estradas, em que já está tudo elencado. Sobre o Caminho da Pedra Mole, a descida, indicou que será necessário uma intervenção porque só tapar os buracos não será suficiente e que estão a aguardar disponibilidade para essa situação. Indicou que o projeto está feito, por duas fases, para ver a abertura do PRODERAM e poder concorrer. Indicou que a ideia era entrar na zona São João, atravessar e sair na zona da Levadinha, sendo ideia ir até ao fundo. Explicou o porquê de estar organizado em duas fases.-----

ARM  
cis  
A



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

-----Foi aprovado o pedido do senhor Presidente, para apresentar os pontos 2, 3 e 4 em simultâneo, sendo a votação posteriormente em separado.-----

**PONTO 2** – Discussão e votação da proposta de Orçamento para o ano de 2023, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-

**PONTO 3** – Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2023, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

**PONTO 4** – Discussão e votação do Plano de Actividades para o ano de 2023, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O senhor Presidente recorreu a uma apresentação PowerPoint para uma melhor explicação dos temas e valores. Começou por referir tratar-se do maior orçamento que a Câmara tem desde que está como Presidente, que tem grandes rubricas e grandes valores destinados a grandes obras. Explicou os valores referentes às despesas, referindo que 15% correspondem a despesas com pessoal. Indicou os valores das transferências correntes explicando serem as verbas que pretendem transferir para as Juntas de Freguesia, associações, IPSS's, bolsas de estudo, apoio às creches, apoio aos medicamentos... Sobre a aquisição de bens capitais indicou que são todas as obras de investimento e alguns equipamentos, explicando ser necessário pensar também na frota automóvel municipal. Sobre a despesa de passivo financeiro explicou ser a amortização de dívidas bancárias existentes, e que a perspetiva é de amortizar 101 mil euros. Abordou os impostos diretos fazendo uma comparação entre o ano 2022 e 2023 e referiu haver um aumento de cerca de 23%. Explicou que esses impostos são verbas arrecadadas de IMI, do imposto automóvel e IMT. Referiu que este ano a verba de IMT é superior à verba de IMI. Sobre as receitas de capitais indicou que há um ligeiro aumento, à custa do empréstimo, que reforça a receita de capital. O senhor Presidente indicou que a câmara propõe, e que o orçamento foi aprovado por maioria com uma abstenção do PS, que houvesse um aumento de 5% da verba total para as associações. Indicou que isso foi feito para as IPSS's, para as associações culturais e desportivas, para os bombeiros. Indicou que também foi contemplado um aumento em termos de valor para as Juntas de Freguesia. Referiu que o apoio dado às creches está a aumentar de ano para ano, uma vez que há mais crianças no concelho e a auferir desse apoio. Indicou também que foi aumentado a verba

Vitor  
NB  
A





MUR  
2025

AS

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

para as bolsas de estudo. Em suma referiu ser um orçamento de investimento. Sobre o plano de atividades indicou manterem atividades culturais, desportivas, festivas, o apoio a nível social, o apoio ao emprego, o apoio às IPSS's, a Universidade Sénior, a causa animal, apoio às associações e Juntas de Freguesia. Realçou que se trata de um plano que vai sendo acertado ao longo do ano. Sobre o investimento realçou que há uma grande verba de pavimentações, recuperações, alargamento de algumas veredas. Apontou o projeto de reabilitação para a Vila, a Rua dos Dragoeiros, a aquisição de terrenos para a praça de São Paulo, o caminho da Boa Morte com início em Janeiro, a questão da Pedra Mole, a reabilitação urbana do centro da Serra de Água, o caminho do Salão, o caminho da Pedra e o caminho do Tranquil. O senhor Presidente referiu que só assume compromissos com fundos positivos! Indicou que o Município da Ribeira Brava esteve à frente do país na eficiência em termos de investimento, tendo sido destacado no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses referente ao ano 2021. Realçou o trabalho da autarquia, da área financeira.-----

-----O deputado Rui Almeida (PS), sobre a situação de homologação do Tribunal de contas, referindo ser uma situação que já se reporta ao período de janeiro de 2019 a 31/12/2019, questionou qual o esclarecimento que o senhor presidente dá relativamente à parte que falam de deficiências apresentadas e identificadas, em sede de dívidas a terceiros. Questionou se houve alguma situação que motivou o senhor conselheiro a fazer esta alusão.-----

-----O senhor Presidente explicou que o Tribunal de Contas analisa a conta de gerência e pede esclarecimentos, que houve algumas situações mas que foram esclarecidas. O senhor presidente explicou que nas informações seguintes do documento consta a explicação dada pela Autarquia sobre as questões apontadas, lendo essa informação e explicando com exemplos.-----

-----O deputado Bruno Correia (RB1) explicou que o prédio tinha que estar registado na alocação financeira como uma dívida e o prédio já podia estar registado como pertencente à Câmara, e que: a dívida agora só mudava para a instituição bancária, o pagamento era feito à Sociedade e mudava para a instituição bancária. O senhor deputado enalteceu a projeção dos valores, mas referiu ter situações a apontar. Apontou que nas rubricas e sub-rubricas tem muitos 'Outros', sendo ainda valores consideráveis, e que fica obscuro não



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

se sabendo o que significa. Indicou que está previsto 300 mil euros para estudos de projetos e consultoria, e que é estranho contratar externamente quando a câmara tem um arquiteto e dois engenheiros. Sobre o aumento da despesa de pessoal referiu que houve um concurso para assistentes técnicos e que por mobilidade interna já são todos técnicos superiores, “alguns até em período de estágio”, o que vai aumentar consideravelmente a despesa com o pessoal.-----

-----O senhor Presidente referiu que não foram todos em mobilidade interna, mas que há alguns, mas que não foi em período de estágio. O senhor presidente explicou que há rubricas a nível das despesas correntes como a aquisição de serviços onde se inclui verbas de aluguer de som para eventos, que é feito um concurso e que num ano anda à volta de 60-70 mil euros, para todos os eventos do concelho, diretos, ou patrocinados, dando exemplos desses eventos. O senhor presidente deu outros exemplos de aquisições que se enquadram nos Outros, nomeadamente elementos para as decorações natalícias. Sobre a contratação externa explicou que alguns projetos mais complexos a câmara tem de recorrer ao exterior porque não consegue chegar a tudo. Sobre “outros bens”, equipamento básico, apontou que há intenção de renovar o arquivo da câmara com prateleiras para haver mais espaço, de adquirir um canter de caixa aberta porque um está avariado e a indicação que têm é que não vale a pena arranjar. Indicou ainda que há determinadas situações em que também é preciso um serviço de consultoria de advocacia. Indicou que a aquisição de bens na corrente é essencialmente a aquisição de livros e materiais escolares.-----

-----O deputado Bruno Correia (RB1), em relação a projetos, referiu que o presidente tinha toda a razão e que não era nesse sentido a questão, explicando a sua intervenção anterior. Em relação aos outros bens a ideia era só para esclarecer o que eram.-----

**DELIBERAÇÃO DO PONTO 2:** Aprovado por maioria (20 votos a favor (18 RB1, 2 CHEGA), 5 abstenções (PS))-----

**DELIBERAÇÃO DO PONTO 3:** Aprovado por maioria (20 votos a favor (18 RB1, 2 CHEGA), 5 abstenções (PS))-----

**DELIBERAÇÃO DO PONTO 4:** Aprovado por maioria (20 votos a favor (18 RB1, 2 CHEGA), 5 abstenções (PS))-----

VR  
CB  
A



### *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

-----O Grupo do Partido Socialista endereçou à mesa da Assembleia Municipal a seguinte declaração de voto: “O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal relativamente aos pontos 2, 3 e 4, da ordem de trabalhos, o sentido de voto manifesto é o da ABSTENÇÃO, votando em separado. O Grupo do Partido Socialista abstêm-se relativamente aos pontos 2, 3 e 4 da ordem de trabalhos, uma vez que considera que quer a proposta de orçamento, quer o plano plurianual de investimento bem como o plano de atividades para o ano de 2023, não refletem uma série de propostas apresentadas pelo partido socialista e que, no nosso entender, são de importância crucial para o concelho e de grande importância para o seu desenvolvimento futuro, como é o caso do auditório da Ribeira Brava, um auditório que deverá edificado numa zona central da vila que o dignifique e que contribua para a dignificação do município e do concelho. A Universidade Sénior a qual necessita igualmente de ser alojada em local condigno com a importância e relevo que foi dado a tal projeto. Obras como a do cemitério da Ribeira Brava, com condições de segurança que atualmente não tem e com um novo modelo de gestão condigno. A recuperação e manutenção do património arqueológico como polo de atratividade do concelho. A canalização e transferência de verbas para os Bombeiros Voluntários que deverão aumentar um função da importância e relevo dos serviço prestado por aquela corporação para o concelho, o incremento nos apoios à natalidade, a criação de um fundo de apoio no âmbito da emergência social com o aumento das verbas necessárias em virtude da conjuntura económica que atravessamos devido à crise provocada pela guerra na Ucrânia.”-----

**PONTO 5** - Discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2023, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O senhor Presidente referiu que o mapa de pessoal não tem muitas alterações relativamente ao anterior, havendo algumas situações de concursos a decorrer. Explicou e deu vários exemplos. Referiu que haverá uma contratação conjunta com Câmara de Câmara de Lobos para um veterinário municipal de forma partilhada. Explicou as vagas identificadas, as questões existentes sobre mobilidade e as necessidades do município em algumas áreas, referindo a abertura de procedimento para assistente operacional. Indicou que foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara.-----

WRZ  
CBS  
A



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

-----O deputado Bruno Correia (RB1) aponta que em várias situações na área funcional aparece que é necessária licenciatura em determinada área e a indicação de “ou em área similar”, exemplificando, e explicando que no caso em que a área funcional é contabilidade, finanças e gestão orçamental, a licenciatura exigida é apenas de Economia e Gestão. O senhor deputado indicou estar em falta “contabilidade ou área similar”.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) felicitou a iniciativa de abrirem vaga para técnico superior na área de biblioteca, referindo ser uma área técnica que não pode depender do jeito, da apetência da pessoa que está lá, mas que necessita de técnicos especializados no domínio da informação. Falou de um estudo que vai ser publicado pela Universidade de Lisboa no âmbito dos arquivos, falando da tentativa de enviesamento dos mapas de pessoal, pondo pessoas que não são da área em setores que não vão conseguir dinamizar ou que correm o risco de não estarem os perfis profissionais adequados à área em função da organização. Agradece a resposta em termos de arquivo e recomenda a indispensabilidade de o executivo pensar na abertura de procedimento para técnico superior na área de arquivo, sobretudo na área para transição digital, modernização administrativa e tratamento dos recursos informacionais que não são só papel. Recomenda ter quadros especializados dentro da autarquia local e que se distinga das outras autarquias locais da Madeira, em que o cenário, de acordo com um estudo que foi feito a nível regional, é preocupante.-----

-----O senhor Presidente indicou que está uma assistente técnica com as funções de arquivo e que já digitalizou todos os processos antigos de urbanismo, colocando-os numa plataforma, o que facilita em muito o trabalho de acesso a esse tipo de informação. Falou também da questão das fugas de informação dado a digitalização documental.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado por Unanimidade-----

**PONTO 6** – Foi apreciado o Relatório do 1.º Semestre da Auditoria sobre a Situação Económica e Financeira do Município, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O senhor Presidente explicou que é uma obrigatoriedade que os auditores que fazem as audições de conta façam dois relatórios, o semestral e o final. Referiu que este relatório é muito preliminar porque há sempre situações que se só se contempla no fim do ano

MAS  
CS

A





### *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

civil. Exemplificou algumas situações. Reforçou que é uma informação dos auditores que tem de ser comunicada à Câmara e à Assembleia Municipal para ser apreciado.-----

**PONTO 7** - Discussão e votação da 1.º Alteração ao Regulamento da Universidade Sénior da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----O Vereador Rafael Sousa (RB1) cumprimentou os presentes, e disse que passados quatro anos do lançamento do primeiro regulamento da universidade sénior, a 27 de agosto de 2018, a prática diária, com os conselhos de quem diariamente lidava com o regulamento, nomeadamente os docentes, levaram a uma série de sugestões para promover algumas alterações ao documento inicial. Explicou que a proposta de alteração foi aprovada por unanimidade na reunião de câmara municipal e posteriormente colocada à discussão pública. Indicou as duas ponderações que foram apresentadas nesse período, tendo uma sido contemplada e outra não, na respetiva alteração. O senhor vereador, recorrendo ao documento e indicando os artigos, enumerou algumas das alterações realizadas.-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) felicitou e questionou, no contexto de implementação do RGPD, se a Câmara teve o cuidado de assegurar ao requerente a utilização dos seus dados pessoais para a assembleia, a sua anonimização, se teve conhecimento que os seus dados iriam ser tratados e se assinou o consentimento do tratamento dos seus dados pessoais.-----

-----O Vereador Rafael Sousa (RB1) esclareceu que o senhor não se opôs a que o seu nome fosse divulgado na Assembleia.-----

-----O deputado Rui Almeida (PS) interveio referindo congratular-se com a intervenção do seu colega, porque é sempre bom ter cuidado com estas situações por causa das questões legais. Relativamente à Universidade Sénior questionou para quando está pensado um edifício condigno, referindo que foi um passo importante que foi dado, de louvar, mas o que urge é arranjar um espaço onde albergar mais quantidade e onde pudesse fomentar a Universidade Sénior, como um projeto bom para o concelho.-----

----- O senhor Presidente referiu que a ideia era que no arranque deste ano a Universidade Sénior funcionasse na Escola da Bica de Pau, no entanto não houve a cedência desse espaço à Autarquia, estando a ser analisada outra alternativa para o próximo ano letivo.

VPS  
CB  
A



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

O senhor Presidente realçou que todos querem um local central, mas que não se pode esquecer a questão tanto abordada da descentralização, e que há edifícios municipais fechados ou a funcionar a 50% apenas. Questionou se há necessidade de esquecer esses e investir num edifício novo. “Há que dar uso ao que temos, é património! Os nossos pais, e nós, descontamos para investir e vamos deixar isso se degradar e estar a gastar dinheiro noutras situações?! Não pode ser!”-----

-----O deputado Rui Almeida (PS) disse que se congratula com o que foi dito, mas referiu que o que se espera da Autarquia, na boa gestão do património urbanístico da vila, é que deite mão das ferramentas que tem à sua disposição para mexer nessas edificações que estão degradadas e a cair. Falou no aproveitamento dos apoios financeiros que estão à disposição das autarquias locais, sejam fundos europeus, orçamento geral do estado, e orçamento regional. Realçou que é necessário modificar e aproveitar esses espaços para os requalificar e pôr à disposição para a Universidade Sénior e outras situações, como a habitação social, em prol de uma dinamização dos centros das vilas e das cidades, para evitar a desertificação.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado por Unanimidade-----

-----A senhora Presidente da Assembleia deu conhecimento do Ponto 8 e Ponto 9 da Ordem de Trabalho:-----

**PONTO 8** – Foi dado conhecimento da Homologação da Verificação da Conta de Gerência n.º 95/2019 - Tribunal de Contas, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

**PONTO 9** - Foi dado conhecimento do Relatório anual de Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal da Ribeira Brava, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Maria Natália Gonçalves da Silva, passou à leitura da minuta e das deliberações referentes à sessão. Colocada à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas 13 horas e 25 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da mesa,

RUI ALMEIDA  
A



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo secretário, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 16 de Dezembro de 2022

A Presidente da Assembleia, *Dr. João Paulo dos Santos da Almeida*

A 1º Secretária, *Maria Inês Gonçalves da Silva*

O 2º Secretário, *[Signature]*

